



A TRAJETÓRIA DE FORMULAÇÃO TEÓRICA: NOTAS DE UM ITINERÁRIO

João dos Reis Silva Júnior*

**A coruja de Minerva só abre suas asas com o cair
do crepúsculo.**

(Hegel, Filosofia do Direito)

Introdução

Analisar a trajetória acadêmica é tanto um exercício retrospectivo quanto um recurso para compreender os mecanismos de construção do conhecimento em ambientes com sujeitos estruturais. Considerando essas trajetórias intelectuais, algumas tensões emergentes do processo de transformação das estruturas econômicas, políticas e sociais, que impactam paradigmaticamente o ensino superior como um todo, parecem provocar conflitos intermináveis em países como o Brasil — onde a

tensão entre a autonomia das instituições e a pressão das instituições sobre a sociedade é tênue. Assim, o texto discute os processos que afetam o ensino superior brasileiro desde a década de 1980 e os conecta às transformações do capitalismo global e aos pontos dos projetos neoliberais.

O objetivo central aqui é revelar como mecanismos transnacionais — incluindo a financeirização da pesquisa e a autonomia crescente da academia — têm reconfigurado

* Professor Titular Na Universidade Federal de São Carlos e Pesquisador do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania – FFLCH-USP.

o papel social das universidades públicas. Em conclusão, o trabalho transita por descrições sócio-históricas de reformas administrativas e modelos de avaliação institucional para políticas de internacionalização no ensino superior, apontando para efeitos no trabalho acadêmico e nas relações de trabalho. A participação ativa em intercâmbios internacionais, como a experiência na Arizona State University, promove uma consideração adicional de fenômenos de convergência-divergência compartilhados e díspares entre paradigmas educacionais concorrentes.

A análise lida com paradoxos: apesar da crescente mercantilização, o desejo de ingressar na carreira docente e o valor simbólico das universidades públicas permanecem. Portanto, o texto avança em uma reflexão crítica sobre a posição das instituições educacionais em meio à precarização do trabalho, crises econômicas cíclicas e disputas por hegemonia no campo científico. Essa trajetória não se trata apenas de denunciar contradições; trata-se de pensar na coincidência entre a resistência acadêmica e a reinvenção da academia em uma sociedade que está continuamente se reconfigurando.

A análise das trajetórias acadêmicas, particularmente no Brasil, é fundamental para vários tipos de estudantes de pós-graduação — não apenas como um exercício de análise retrospectiva, mas como uma estratégia-chave para estabelecer um futuro acadêmico mais consistente e consciente. Conjuntos de dados sobre os trajetos das pesquisas revelam ao estudante de pós-graduação que o movimento incremental sustentado e a construção teórica engenhosa não são tanto uma questão de insights afortunados, mas, no longo arco de uma carreira, um surgimento permeado de reveses, reelaborações e invariâncias. Como Hegel (2010) anotou tão delicadamente, “a coruja de Minerva só abre suas asas com o cair do crepúsculo”, indicando que a compreensão plena

de um fenômeno ou a construção de uma teoria sólida só vem após uma reflexão substancial e experiência. Da mesma forma, Lukács (2012) advertia que “uma vida não é suficiente” para ver a produção de conhecimento, um ponto que ressalta a ideia de que a ciência é coletiva e cumulativa, de modo que cada pesquisador ou contribuição é apenas uma parte de um todo.

Com este objetivo em mente, o estudo das trajetórias acadêmicas torna-se cada vez mais relevante. Os estudos de pós-graduação no Brasil, e particularmente neste período, são marcados por muita pressão e demandas, por serem um ambiente competitivo que pode gerar esgotamento emocional e sofrimento psicológico. De fato, muitos estudantes frequentemente se envolvem em dúvidas, questionando-se se suas hipóteses e seus métodos estão corretos e se seus esforços serão reconhecidos. Assim, pode ser reconfortante analisar o itinerário de investigações que não chagaram a bom termo ou os pesquisadores sucumbiram aos mesmos estressores. Ao ver que mesmo os maiores nomes da ciência experimentam temporadas de dúvida, falha e reinvenção, os estudantes podem se confortar sabendo que seu caminho é uma parte natural da jornada, e ser inspirados a continuar quando o fazem.

O estudo da sociologia da acadêmica fornece uma história que pode ajudar a contextualizar o próprio trabalho do pesquisador. Percebendo que o conhecimento é construído gradualmente, tanto através de fracassos quanto de sucessos, o estudante de pós-graduação se reconhece como parte de um plano maior. O reconhecimento da história não só alivia a ansiedade sobre a necessidade de respostas imediatas, mas também reforça que a ciência é um empreendimento humano, sujeito à falibilidade e a limitações.

Uma última razão pela qual as trajetórias são importantes é porque estudar trajetórias também ajuda a formar uma identidade acadêmica autêntica e crítica. Observar como outras pesquisas foram desenvolvidas por correntes teóricas variadas, reformularam paradigmas ou resistiram a pressões institucionais convida os estudantes a pensarem mais profundamente sobre suas próprias escolhas e trajetórias. Tal reflexão tanto contribui quanto fundamenta sua formação acadêmica, preparando-os para os desafios éticos e práticos da vida acadêmica.

Neste mundo cada vez mais frenético e sob demanda, o estudo das trajetórias acadêmicas surge como um antídoto bem-vindo a enfatizar que a ciência é uma jornada de aprendizado ao longo da vida e do crescimento pessoal.

Trajetoira

Minha tese, requisito do concurso para ascensão à carreira docente titular na UFSCar, foi formulada após uma ordem sistemática de investigação e embates teóricos. Seu núcleo problemático desvela as metamorfoses das universidades públicas brasileiras pós-anos 1980, articulando-as às convulsões do capitalismo global e aos ventos neoliberais. A imersão em sistemas educacionais antagônicos – do modelo britânico pós-Thatcher ao estadunidense gerencialista – expôs mecanismos transnacionais que recalibraram o ensino superior brasileiro: financeirização da pesquisa, erosão da autonomia docente e sequestro da universidade pela lógica financeira.

1 – Uma mudança estrutural na economia brasileira

O arco analítico concentrou-se na virada dos anos 1980-1990, quando a abertura econômica desregulada e a entrada de capital estrangeiro reconfiguraram as bases materiais das instituições universitárias. A reforma do Estado e seus rebatimentos na educação supe-

rior – já denunciados por Silva Júnior e Sguissardi (2001a) em *Novas Faces da Educação Superior* – revelam-se aqui como sintomas de um projeto maior, a conversão da universidade pública em *commodity* acadêmica.

Embora esse estudo tangencie o desfecho trágico desse processo histórico, seu objetivo principal foi compreender as dinâmicas e os desafios enfrentados pelas universidades públicas brasileiras durante um período de profundas transformações, sem se aprofundar nas consequências mais amplas dessas mudanças para a sociedade e as consequências na sua realização na especificidade do capitalismo brasileiro.

2 – O cotidiano nas instituições

A materialização desse estudo, contudo, tornou-se mais concreta com a implementação do *Novo Modelo de Avaliação da Capes* no final da década de 1990, o qual impulsionou mudanças significativas no cotidiano das instituições de ensino superior, em especial das universidades públicas. Os reclamos de docentes, os debates institucionais, as reuniões tensas, as reestruturações de programas e a adoção de novos instrumentos de avaliação evidenciaram a concretização dessas transformações em curso. Com o segundo estágio da pesquisa, o intuito era compreender como as formulações teóricas se materializaram nas universidades estaduais, tomando como referência as instituições federais.

Inicialmente, o foco recaiu sobre o cotidiano da instituição educacional, exigindo uma densa fundamentação teórica. Essa necessidade culminou na publicação de obras como *Trabalho e Formação Humana: uma abordagem ontológica da sociabilidade*, em coautoria com Jorge Luis Cammarano González (2001b), e *O Institucional, a Organização e a Cultura da Escola*, em coautoria com Celso João Ferretti (2004), resultantes de intensas discussões sobre as relações entre trabalho e

educação. A publicação do último livro coincidiu com a formulação do projeto de pesquisa para o segundo estágio, que compreendeu como as novas políticas para as universidades impactaram as formas institucionais e o trabalho docente. Os resultados dessa etapa foram compilados em *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico* (Sguissardi & Silva Jr, 2009) e em outras publicações subsequentes.

Este texto pretende mostrar um programa de pesquisa de longo prazo, concentrando os seus estudos nas modificações das universidades estatais públicas brasileiras, a partir da década de 1980, e sua articulação com as transformações estruturais do capitalismo. O texto não é sobre o pesquisador em si — antes sobre a trajetória pessoal, mas sobre o caminho intelectual e teórico que ele seguiu durante sua carreira, incluindo os problemas, desafios e descobertas que informaram sua pesquisa. A história reforça a ideia de que a ciência é mais precisamente compreendida como um processo cumulativo e coletivo, permeado por falsos começos, reinícios e progresso.

Essa constatação impulsionou ao projeto de pesquisa apresentado à FAPESP em 2024. Contudo, durante o período de submissão e da aprovação do projeto, já se buscava entender melhor o precariado no contexto da complexa geopolítica mundial. Período de muitos eventos definidores de tendências históricas de longo prazo que aguçavam os sentidos para entendimento movendo-se pelo mal-estar da dúvida. O debate continuava, com Valdemar Sguissardi, com José Lima Júnior, que pensa com palavras, e no âmbito dos seminários da Rede Universitas/Br.¹

É muito importante, neste texto, colocar em relevo as discussões com meus orientandos e outros estudantes de pós-graduação in-

teressados no tema. **Uma formulação teórica sobre a cultura institucional da universidade pública brasileira que somente agora, depois de quase três décadas, pode ser feita.** Em acréscimo, destaco a experiência de acompanhar estudante desde a iniciação científica, o Trabalho de Conclusão de Curso, mestrado e, agora, no final do doutorado. Relato que foi um processo rico, posto que ele pode estar presente durante todo este tempo de mal-estar para a produção da formulação teórica há muito buscada na trajetória. Muito importante o Programa de Estágio Supervisionado na Docência (PESCD). Os que me acompanharam por todo seu processo de formação acumularam grande e importante experiência docente. **Espero, no entanto, que, além da boa formação, na sabedoria do entendimento e na busca do conhecimento e da formação acadêmica não há atalhos mágicos e os insights não têm hora marcada, não ficam subordinados à agenda e podem não acontecer.**

Nota sobre a consolidação do programa de pesquisa

A Educação Superior brasileira, ao cruzar políticas públicas e dinâmicas globais, reflete um capitalismo em mutação. As tensões e tendências do setor revelam seu papel estratégico — e frágil — na geopolítica contemporânea, moldando relações entre Estado, economia e sociedade. Enredado em interdependências internacionais, o país enfrenta desafios estruturais: trabalho precarizado, capitalismo reconfigurado e um cenário onde diplomas não imunizam contra a uberização profissional.

Docentes e pesquisadores sofrem pressão direta das crises pós-2008. A pandemia escancarou a vulnerabilidade do sistema: desaceleração econômica travou o PIB, aumentou desemprego e a informalidade, enquanto universidades — já asfixiadas por cortes — viraram alvo de ajustes. Na segunda década do século XXI, formar profissionais tornou-se

1 http://www.redeuniversitas.com.br/p/home_22.html

corrida contra o tempo, em um mercado que consome qualificação e descarta estabilidade. O ensino superior, espelho das contradições do capital, debate-se entre formar mentes críticas ou mão de obra barata.

No transcurso da terceira década deste século, percebemos uma nova crise de exaustão do capitalismo, uma crise inelutável sem uma nova expansão espaço-temporal, como historicamente ocorreu nesse sistema de produção. Este prolongado período de agonia capitalista teve início quando as dimensões apocalípticas se juntaram: a predominância financeira, o neoliberalismo e a reestruturação dos capitais. As *Big Techs*² possibilitaram o que nunca se tinha visto: a invasão das tecnologias de informatização no mundo da produção na indústria e, em seguida, nos serviços que foram privatizados e tornaram-se laboratórios de expansão dos capitais por meio dos algoritmos da inteligência artificial. Tudo isso sem omitir a intensa participação de pesquisadores alocados em universidades públicas financiadas pelo Estado cuja perspectiva é intrinsecamente ligada à lógica mercadológica. Neste ponto o capitalismo ultrapassou todas as fronteiras terrestres e se põe no espaço com a maior concentração de renda nas mãos de meia dúzia de WASPs³.

2 Configuradas no acrônimo “GRAFAM” composta pelas empresas do Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft.

3 A sigla “WASP” (White Anglo-Saxon Protestant) ou “Protestante Anglo-Saxão Branco”, significa um grupo demográfico e socioeconômico dos Estados Unidos, historicamente influente. Este grupo ocupou posições de alta hierarquia em instituições sociais, políticas e econômicas, influenciando normas culturais e controlando recursos. Desde o período colonial, a elite WASP participou da trajetória política e econômica do país. Retomamos a aplicação deste termo no contexto em questão pois, atualmente, emprega-se criticamente para abordar exclusividade, privilégio e diversidade, em efeito sobre as dinâmicas de poder na sociedade contemporânea, com investigações contínuas analisando a permanência dessas estruturas de privilégio.

A flexibilização das relações de trabalho, implementadas predominantemente por políticas neoliberais e suas operacionalizações em múltiplas esferas sob a vigilância do mercado global, tem conduzido à desregulamentação e à precarização das condições laborais, acarretando uma vulnerabilidade acentuada entre os trabalhadores. Este fenômeno tem direcionado os trabalhadores para universidades e instituições públicas. Harvey (2008) advertiu-nos que o Estado, em seu papel regulador, está sendo compelido a satisfazer crescentemente as exigências do capital, resultando na retirada dos direitos trabalhistas e da proteção social. O Estado ainda traz em si suas marcas de origem, na Proclamação da República. O Exército impôs a República, derrubando o Império, tornou-se, também, seu guardião e garantidor do pacto oligárquico. Nesta origem está a evidência de que a República foi feita com um golpe militar que, ao mesmo tempo, entregou, sob sua proteção, a oligarquia. Isso está posto ainda nos tempos recentes. Temos a República, mas o Estado não foi republicanizado. Uma hipótese sólida consiste em que ainda não temos um Estado Nacional nos moldes preconizados no Iluminismo e revolução burguesa, pois esta ainda não aconteceu.

Ao examinar a conjuntura brasileira, Antunes (2008) identifica esse desmonte da proteção, destacando a fraqueza das políticas públicas dirigidas à classe trabalhadora. Esta situação é agravada pela proliferação da terceirização e pela precarização das relações laborais, fenômenos que se consolidaram no Brasil, de forma acentuada, nos setores de serviços e nas instituições públicas dependentes do Estado.

Pochmann (2010) já indicava que o Brasil refletia a fragmentação do mercado de trabalho e o processo de desindustrialização. Quatorze anos depois, Pochmann (2024) reitera sua tese de que, ao diminuir os custos com mão de obra, a terceirização pode fragilizar os lucros das empresas no curto prazo; entretanto, a longo prazo,

essa prática pode comprometer a estrutura produtiva e tecnológica da nação.

A corrida por relevância global força universidades a adotar modelos híbridos. Em São Paulo, a pós-graduação ganhou contornos ousados: o programa “nova trajetória” permite migrar para o doutorado após um ano de mestrado, com currículos que mesclam empreendedorismo, solução de problemas sociais e pesquisa aplicada. Estudantes são jogados em rotinas intensivas — interdisciplinaridade na sala de aula, extensão universitária no campo — enquanto universidades apostam em formar “profissionais multitool”, supostamente prontos para mercados voláteis.

Parcerias internacionais aceleram a transformação. A FAPESP e a SNSF (Suíça) lançaram edital para projetos colaborativos, estratégia que repete a lógica do CIP (Centro Internacional de Pesquisa), programa que atrai instituições estrangeiras de elite para alianças com paulistas. O discurso é de excelência, mas a pergunta persiste: esses modelos replicam inovação real ou são vitrines para captar recursos? Enquanto mestrados debatem problemas sociais, as universidades parecem aprender outra lição — sobreviver no capitalismo acadêmico exige mais marketing que revolução.

A crise econômica brasileira — inflação galopante, cesta básica inalcançável — não poupa nem os laboratórios. Enquanto a população troca arroz por farofa, pesquisadores de universidades públicas enfrentam seu próprio colapso: salários corroídos, editais escassos, financiamentos à deriva. Combustíveis caros e juros elevados formam um coquetel tóxico que asfixia o poder de compra e destrói projetos de longo prazo. Na linha de frente, acadêmicos sem contratos fixos navegam um sistema que privilegia a precariedade. A universidade, espelho da crise, vê desigualdades se aprofundarem: de um lado, bolsistas que recorrem a bancos de alimentos; de outro, uma

máquina burocrática que transforma ciência em *commodity*. A insegurança alimentar, antes restrita a periferias, agora assombra corredores de institutos federais. Enquanto o país regredia aos anos 2000 em indicadores sociais, a produção de conhecimento vira artigo de luxo — e o futuro, moeda de troca.

No epicentro desses fenômenos, em esferas mais abrangentes dos domínios do capitalismo, conforme advertido por Harvey (2011), expressando a categoria de espoliação (acumulação por despossessão do trabalhador, seus direitos) para descrever a relação entre capital e trabalho. Todo esse modelo de acumulação flexível do capital tem sido pernicioso para as condições de vida no planeta, pois intensifica a produtividade, o consumo de matérias brutas e primas, com a sofisticação dos meios de produção e consumo, desencadeando graves e devastadores efeitos no aquecimento global e no esgotamento dos recursos naturais, evidenciados no desmatamento na Amazônia e em outros biomas brasileiros, como máximos exemplos de uma profunda crise ambiental.

Este também é o alerta que Chesnais (1996) nos fez, pois, se o capitalismo não deixa lastro e a cada época novas possibilidades de lucro são encontradas e inventadas, a Educação Superior é o quadro perfeito para isso, como vemos isso acontecer desde a reforma administrativa do aparelho do Estado (Silva Jr; Sguissadi, 2001a). Fearnside (2007) em suas pesquisas alerta que vivemos na terceira década deste século em um cotidiano comum, quando a conversão de florestas em áreas de cultivo e pastagem contribui para a perda de biodiversidade e agrava a crise hídrica. Estes problemas afetam diretamente a qualidade de vida da população e a infraestrutura do país.

Isso amplia-se para toda a sociedade civil, conforme as observações de Cavalcante (2020) no relatório *A Questão da Desigualdade no Brasil*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ao expor que, para

além das questões ambientais, sanitárias e do cotidiano, nos últimos anos, brasileiros perderam seus empregos e enfrentaram dificuldades para acessar serviços básicos como saúde e educação. Cavalcante enfatiza que, além dos problemas ambientais, a desigualdade social é um dos maiores desafios que o país precisa resolver para alcançar igual atenção em outras questões.

A Educação Superior não escapa da literatura nem dessa interpretação da realidade. Ao refletirmos sobre as formas de regulação e suas alterações em diversas esferas, desde a reforma trabalhista à mais recente reforma tributária, percebemos que o financiamento é imprescindível para a produção de conhecimento. A universidade, voluntária ou não, é movida pelo aporte financeiro, sendo um espaço de articulação com a realidade global, não de altruísmo absoluto. Um exemplo tangível dessa prática é o Programa⁴ BIOTA Síntese 2024 da FAPESP, que destinará até R\$ 10 milhões para financiar projetos em biodiversidade e serviços ecossistêmicos.

No contexto abrangente da Educação Superior e suas diversas regulamentações, tanto as tradicionais quanto as recentes, é imperativo dedicar atenção, análise e intervenção. A atual conjuntura brasileira se caracteriza por crises econômicas cíclicas, nas quais políticas de emprego, ciência, educação, meio ambiente, segurança e questões sociais estão interconectadas. Teóricos como Marcio Pochmann, Philip Fearnside e Ruy Braga enfatizam alertas em várias dimensões, realçando a urgência de políticas públicas efetivas, transparência institucional e ampliação da participação da sociedade civil. A busca por alternativas sus-

tentáveis e inclusivas torna-se fundamental para garantir um futuro mais promissor para todos os brasileiros; assim sendo, os debates no campo científico devem ampliar seu escopo para incluir a discussão sobre limites e o planejamento referentes à ocupação humana em todas essas áreas.

Da globalização capitalista à situação da Educação Superior no Brasil

Até períodos recentes, a principal dificuldade do capital consistia em minimizar a disparidade entre ciência e tecnologia. Apesar da aproximação observada entre universidades e indústrias, houve uma significativa lentidão na resolução dos problemas. Os especialistas das indústrias mantinham-se afastados dos processos de pesquisa, enquanto os pesquisadores, devotados à autonomia de suas agendas investigativas, permaneciam distantes do setor industrial e econômico. Com o colapso do regime monopolista, a partir da gestão de FHC, presenciamos a inserção do Brasil no sistema global sob a orientação da mundialização do capital, através da predominância financeira. Nesse contexto, destaca-se a emergência do ciclo do capital gerador de juros, que produz capital fictício (títulos, ações, capital especulativo, derivativos etc.) sem que haja trabalho envolvido. O debate acerca da reforma da previdência pública está em curso, assim como as discussões sobre reforma fiscal.

A predominância financeira encontra-se fundamentada na desigualdade expressa pela equação marxista $D' > D$ (cf. Serfati, 2005). O possuidor de capital investe e empresta seus recursos, recebendo juros como compensação pela mera propriedade do dinheiro. Este fenômeno transcende o âmbito econômico, apresentando também uma dimensão jurídica, que estabelece taxas de juros e prazos de pagamento, ignorando o que ocorre no processo produtivo de valor real. Configura-se como uma aposta com risco reduzido e alta rentabilidade.

4 FAPESP. Fundação de Amparo À Pesquisa Do Estado de São Paulo (FAPESP). BIOTA Síntese 2024: Chamada de Propostas. Disponível em: <<https://fapesp.br/16781/chamada-de-propostas-biota-sintese-2024>>. Acesso em: 16 jan. 2025.

bilidade. Além disso, o Estado desempenha a função de garantidor dessa transação, obrigando-o a modificar seu arcabouço jurídico. Serfati (2005) retrata essa conjuntura como a vertigem da geração de capital. Adicionalmente, a partir do século XIX, a “pulsão fetichista por novas formas de tecnologia a qualquer custo” facilitou a integração entre ciência e tecnologia. Esses domínios avançaram em uma relação dialética, na qual o progresso científico sempre esteve atrelado ao surgimento de novas tecnologias, como os telescópios e microscópios (Harvey, 2016, p. 96).

No âmbito econômico, o ciclo financeiro não somente limita o ciclo do capital em suas funções, mas também transforma as relações sociais de modo mais amplo, modificando a sociabilidade e a subjetividade de cada indivíduo, ao mesmo tempo em que exige a produção de valor real em um período reduzido de trabalho vivo. Esse é o verdadeiro dilema do capital e a urgente necessidade de suprir a lacuna existente entre ciência e tecnologia. Neste cenário, a universidade e as pesquisas realizadas neste espaço assumem um papel estratégico. De que forma? Ao redefinir ciência e conhecimento em conformidade com essa mencionada exigência. Assim, a racionalidade econômica e financeira se insere nas práticas cotidianas da vida acadêmica.

A expectativa em relação às pesquisas, assim como à atuação do professor-pesquisador e ou apenas do docente, é que o conhecimento seja apresentado sob a forma de mercadoria. É relevante que este saber permaneça por um ciclo econômico e que novos conhecimentos dessa natureza sejam incessantemente gerados. Um exemplo atual demonstra que a indústria farmacêutica *Gilead Sciences* se encontra na etapa final do desenvolvimento de uma vacina⁵ contra o vírus HIV, voltada para

mulheres e adolescentes. Contudo, o produto será vendido a um preço elevado, dificultando o acesso da população de baixa renda.

Do ponto de vista jurídico, as novas relações sociais experimentam uma compressão até o limite da exaustão. Kehl (2015) relatou: “Um paciente me confidenciou: ‘Quero finalizar o que estou fazendo para retornar para casa, jantar, tomar banho e dormir, a fim de acordar no dia seguinte e recomeçar’”. Esse desabafo poderia ser feito pela maioria da sociedade brasileira. O paciente finaliza com a afirmação: “Eu convivo com a morte ao meu lado”. A partir disso, uma força de indignação se manifesta tanto por parte do paciente quanto, por extensão, por toda a sociedade.

Embora seja possível debater as condições laborais dos docentes nas instituições federais, deve-se também analisar a transferência dessa prática entre os alunos de graduação. Esses estudantes participam dos projetos elaborados pelos professores e adotam posturas semelhantes, mas sem a crítica necessária. É importante ressaltar que essa situação se observa especialmente em cursos como Física, Química, Bioquímica, Matemática, Tecnologia da Informação e Engenharias; já nas Humanas — apesar de também estarem caminhando para condições semelhantes às dos docentes e discentes das demais áreas — são frequentemente colocadas em um plano distinto. Convencer um físico de que as Humanidades representam uma ciência é uma tarefa complexa (Schrecker, 1986; Silva Jr.; Sguissardi, 1999; Sguissardi; Silva Jr., 2009; Slaughter; Rhoades, 2004; Fargo; Silva Jr.; Catani, 2024). Existe um silêncio

5 Lenacapavir Semestral da Gilead Demonstrou 100% de Eficácia e Superioridade ao Trovada Diário para

Prevenção do HIV - Primeiro ensaio clínico de fase 3 para prevenção do HIV a mostrar zero infecções. Disponível em: <https://www.gilead.com/news-and-press/press-room/press-releases/2024/6/gileads-twice-yearly-lenacapavir-demonstrated-100-efficacy-and-superiority-to-daily-truvada-for-hiv-prevention> Acesso em: 15 jan. 2025.

entre os diferentes campos do conhecimento ou talvez uma Torre de Babel.

As justificativas para as reformas nas universidades, o financiamento das instituições de ensino superior, sua estrutura organizacional e administrativa, a avaliação, a relevância dos *rankings*, bem como a necessidade de expansão e internacionalização da educação superior, estão profundamente enraizadas. É pertinente ressaltar que diversas investigações neste âmbito apresentam evidências científicas sobre a demanda pela publicação (Silva Jr., 2023). Os pesquisadores obtêm remunerações adicionais ao transferirem seus direitos autorais, por um montante razoável, para as universidades onde desempenham suas funções. Contudo, a publicação acontece predominantemente em certas áreas do conhecimento, tais como farmacologia, tecnologia e matemática. Os artigos que têm potencial para gerar lucros são disponibilizados somente após o registro de patentes ou quando uma equação matemática se transforma em um ativo financeiro na Bolsa de Valores, isto é, em capital fictício.

É importante destacar o risco e a atração sedutora dos derivativos. Atualmente, conforme informações do Banco de Compensações Internacionais⁶, o valor total desses instrumentos financeiros atinge cerca de 540 trilhões de dólares, uma quantia que equivale a cerca de 4 vezes o Produto Interno Bruto (PIB) global. Em 2024, estima-se que o PIB mundial foi de US\$ 109,529 trilhões. O PIB dos Estados Unidos, nesse mesmo ano, teria alcançado US\$ 28,78 trilhões, correspondendo a 14 vezes o PIB do Brasil. As mudanças estruturais impostas pelo contexto atual requerem que os pesquisadores produzam um elevado volume de publicações, frequentemente repetindo

conteúdos já abordados anteriormente, com a ajuda da estética na apresentação.

Conforme a literatura referenciada, esse contexto pode revelar a falta de criticidade que permeia a formação dos estudantes nos cursos mais procurados pelas famílias para seus filhos. Um fenômeno similar ocorre nos Estados Unidos da América. Contudo, ao se analisar os alunos do turno noturno das universidades federais, percebe-se uma realidade distinta. Esses estudantes são trabalhadores, muitos deles em condições vulneráveis, alternando entre diversas funções, atuando como motoristas de aplicativos durante o dia e enxergando nos estudos individuais uma possível solução para os desafios que enfrentam. Nesta busca pessoal, existe um potencial insurgente.

Manicures, cabeleireiras e depiladoras compõem uma parte significativa dessa realidade, muitas das quais estão registradas no CNPJ como microempreendedores individuais (MEI) ou a Microempresa (ME). Trata-se de jovens que, nas sextas-feiras, dirigem-se ao trabalho enquanto seus semelhantes se deslocam para as aulas após suas jornadas profissionais. Também se encontram nesta categoria seguranças privados, músicos noturnos e diversos outros trabalhadores temporários. A condição do precariado revela-se fragmentada. Um outro exemplo são as revisoras de textos e tradutoras que buscam cursos com o intuito de obter certificação cartorial. Esse grupo de estudantes que também integra os programas de pós-graduação *stricto sensu* é objeto do nosso interesse investigativo. O trabalho precarizado funciona como motor para sua busca por inserção na universidade pública ou privada, impulsionados pela ilusão do empreendedorismo⁷. Como salientou Antu-

6 Banco de Compensações Internacionais (BIS). Valor mundial em derivativos equivale a 540 trilhões de dólares. 2024. Disponível em: <<https://www.bis.org>>. Acesso em: 18 jan. 2025.

7 Recentemente, em 2025, conforme abordamos anteriormente, as universidades do Estado de São Paulo divulgaram uma nova abordagem para a

nes (2020), isso pode ser compreendido como um mito que se intensifica em decorrência do desemprego, do enfraquecimento das políticas sociais e da incorporação das tecnologias digitais, que têm favorecido novas modalidades de trabalho autônomo e precarizado.

No Brasil, o ensino superior noturno representa 37,7% das matrículas públicas⁸, enquanto corresponde a 70,9% das do setor privado. Destaca-se aqui que o sistema de educação superior já apresenta uma dualidade acadêmica. Porém, as instituições privadas também apresentam a sua própria dualidade. Inspirada no modelo das universidades privadas, no Brasil, algumas universidades privadas apresentam concentração de alunos com alto poder aquisitivo, fatores que favorecem os extratos sociais de alta renda. Para citar algumas: Fundação Getúlio Vargas (FGV), especializada em cursos de Administração, Economia e Direito, é frequentada por pessoas de famílias ricas e da alta classe empresarial. A instituição está presente em São Paulo e Rio de Janeiro, os epicentros financeiros do país, o que resulta em um público de alto poder aquisitivo.

O Instituto de Ensino e Pesquisa (INS-
PER), possui esse perfil de estudantes, porém, mantém seu rigor acadêmico articulado com o mercado financeiro. A Escola Superior de

Propaganda e Marketing (ESPM), uma das principais instituições educacionais em Comunicação, Marketing e Publicidade, a ESPM possui campi em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Este tipo de instituição que forma os filhos de famílias com histórico no mundo dos negócios e uma grande presença midiática. O Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) cujo maior acionista é o *Capital Group*, uma instituição de excelência empresarial com cursos especialmente para a área financeira. Seus campi estão localizados em São Paulo e Rio de Janeiro. Em contraste, há uma multiplicidade de instituições privadas como UNINOVE, ANHEMBI-MORUMBI e outras, que alcançam setores de menor renda. É importante ressaltar que a presença de instituições voltadas para setores sociais mais abastados não é uniforme em todas as áreas e cursos dessas instituições. Nem todos os alunos praticam esse comportamento, e muitas universidades promovem valores de diversidade e inclusão. As instituições públicas de ensino superior enfrentam obstáculos como a redução na oferta de vagas, a falta de docentes e servidores técnico-administrativos, além do elevado número de alunos por turma. Os cursos noturnos, geralmente oferecidos entre 18h e 23h, ajustam-se à realidade de uma parcela significativa da população que, especialmente durante os primeiros mandatos do presidente Lula, teve acesso à educação superior. Podemos observar essa tensão em diversas instituições, especialmente nas brasileiras.

A Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, atrai debates e parcerias que dialogam com os cenários globais, enquanto parte de sua comunidade convive com desafios associados a trajetórias marcadas por exclusões históricas. Da mesma forma, a Universidade Federal do Rio de Janeiro destaca-se pela produção acadêmica de larga escala e a articulação com questões internacionais, sem se afastar das realidades vividas por um contin-

formação acelerada na pós-graduação, que abrange disciplinas relacionadas ao empreendedorismo (Cf. <https://www.comeananas.news/p/e-preciso-enxergar-longo-para-proteger> Acesso em 18/03/2025).

8 Durante a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI), realizada em agosto de 2024, Denise Pires de Carvalho, presidente da CAPES, discutiu a necessidade de aumentar o número de matrículas na graduação e a formação de mestres e doutores, ressaltando que o Brasil ainda está abaixo da média dos países da OCDE. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/na-5a-cncti-capes-apresenta-avancos-e-desafios-da-educacao-superior> Acesso em: 14 jan. 2025.

gente que enfrenta instabilidade e dificuldades sociais. Em outras universidades públicas do país — como a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Federal de Minas Gerais — o mesmo fenômeno pode ser percebido: o encontro entre a produção de saber e a condição de precariedade que afeta estudantes e trabalhadores, configurando o espaço-alvo de forças que se dirigem tanto para a ampliação do conhecimento quanto para a manutenção de desigualdades.

No cenário internacional, a *University of California*, Berkeley ilustra essa dinâmica ao ser referência em discussões e pesquisas com impacto global, enquanto, internamente, revela tensões decorrentes de um campus que também lida com questões ligadas aos desafios econômicos e sociais entre seus membros. Essa dualidade é intrínseca às universidades que, ao mesmo tempo em que se vinculam a debates e transformações da ordem mundial, reproduzem as marcas de uma história e de um cotidiano que não se libertou das divisões presentes na sociedade. Essas observações abrem espaço para reflexões mais amplas sobre como o ambiente universitário pode ser tanto palco de inovações quanto espelho das contradições sociais, trazendo à tona a complexa convivência entre avanços no campo do saber e a permanência de práticas e disposições que perpetuam desigualdades.

A universidade pública é palco para uma contradição presente em toda a sociedade. Em suas salas e corredores, a produção de saber se confronta com a realidade vivida por aqueles que, diariamente, encaram a instabilidade do precariado. Nesse espaço, o conhecimento dialoga com as transformações globais, aproximando-se dos debates e das questões da geopolítica mundial. Sem abandonar a sua função de construção de pontes entre o saber e a prática, a instituição mantém viva o discurso de um grupo que enfrenta limitações históricas e atuais. Assim, de um lado, a universidade

projeta avanços e abre caminhos para o entendimento do mundo contemporâneo; de outro, ela reproduz as linhas de uma desigualdade que permanece como marca de uma estrutura social em disputa.

A universidade pública brasileira encarna uma contradição visceral, é simultaneamente farol da ciência e incubadora do precariado. Essa dualidade, longe de ser acidental, reflete a anatomia do capitalismo nacional, marcado pela convivência perversa entre modernidade e arcaísmo. **Francisco de Oliveira, em Crítica à Razão Dualista (2003), desnuda essa lógica. Para ele, o “atraso” não é resquício a ser superado, mas componente estrutural de um sistema que se alimenta de desigualdades. A universidade, nesse cenário, opera como o ornitorrinco que Oliveira (2003) exemplificou — criatura híbrida, síntese de elementos inconciliáveis.**

Geradora da quase totalidade da pesquisa nacional, a universidade estatal pública é pilastro do conhecimento, espaço de resistência intelectual. No entanto, sob o neoliberalismo, converte-se em engrenagem de um projeto que desmonta direitos e mercantiliza a formação. As políticas de austeridade, o estrangulamento orçamentário e a pressão por “produtividade” acadêmica alinhada a interesses corporativos transformam-na em refém. O Estado, capturado por elites, limitam recursos enquanto celebra sua excelência — retórica vazia que mascara a precarização interna e externa.

O resultado é trágico: profissionais qualificados, formados em laboratórios de ponta, são ejetados para um mercado de trabalho esfacelado. Engenheiros, cientistas sociais, biólogos engrossam as fileiras do precariado, submetidos a contratos intermitentes, salários aviltantes e a promessa falaciosa da meritocracia. Oliveira (2003) nos lembra que o capitalismo brasileiro não produz “empregabilidade”, mas miséria qualificada. A universidade, ao formar mão de obra especializada para uma econo-

mia que a rejeita, torna-se cúmplice involuntária desse mecanismo político e econômico.

A metáfora de Francisco de Oliveira (O Ornitorrinco) ilustra bem essa contradição – assim como o animal desafia classificações biológicas, a universidade pública desafia categorias simplistas. Não é totalmente autônoma nem inteiramente subjugada; é espaço de crítica e, ao mesmo tempo, reprodutora de hierarquias. Seus laboratórios produzem artigos indexados enquanto seus corredores abrigam terceirizados sem direitos. A excelência acadêmica coexiste com a erosão das condições de trabalho docente e discente. Essa esquizofrenia institucional não é falha, mas função. Num capitalismo dependente, a universidade serve ao duplo propósito de manter a ilusão desenvolvimentista e fornecer justificativas “técnicas” para o desmonte social. Forma-se, assim, uma elite intelectual capaz de diagnosticar a crise, mas sendo condenada a alimentá-la.

Estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2023) revelam uma distribuição geográfica assimétrica: 90% da produção científica nacional emana do Sudeste, ante 3% do Norte e 7% do Nordeste. No eixo São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde se concentram 72% dos recursos federais para ciência (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2022), instituições como a Universidade de São Paulo e a Universidade Estadual de Campinas dominam 40% das publicações de relevância global (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2023). Na contramão, universidades como a Federal do Pará e a Federal do Amazonas, em regiões estratégicas para a bioeconomia, enfrentam estrangulamento financeiro crônico. Seus projetos, muitas vezes vinculados a saberes locais, são relegados à invisibilidade por uma política científica que prioriza métricas de produtividade sobre pluralidade epistemológica. A hierarquia do conhecimento reflete, assim, velhas fronteiras de

poder: qual ciência é legitimada como “universal”?

No Sul, a UFRGS é destaque em inovação tecnológica, mas apenas 12% dos seus pesquisadores estão envolvidos em problemas práticos, como o desenvolvimento rural. No Nordeste, a UFPE, referência em ciência da computação, possui uma elite intelectual que frequentemente ignora questões locais, como a seca e a fome, preferindo focar em temas de impacto internacional. Esse foco acadêmico contribui para a dependência de commodities, que representam 68% das exportações nacionais, enquanto a indústria representa apenas 11% do PIB (IBGE, 2023). Braga (2023) destaca que a precarização do trabalho transforma a miséria material em uma guerra cultural, alimentando extremismos.

A inclusão de saberes tradicionais, como se propõe na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), choca-se com barreiras burocráticas. A USP, aloca 2% do orçamento a comunidades tradicionais, enquanto a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) vê programas de extensão rural serem estrangulados por cortes. Essa negligência não é casual: reflete uma academia que idolatra *rankings* globais e distancia-se das urgências locais, ecoando a “modernização seletiva” denunciada por Oliveira (2003). A razão dualista das universidades — sudeste incluído — não apenas aprofunda abismos regionais, mas escancara hipocrisias: até as políticas do Partido dos Trabalhadores, sob o verniz progressista, expõem contradições flagrantes.

Faço aqui um breve parêntese e saio do itinerário que trata do programa de pesquisa sobre a universidade. Embora a trajetória descrita anteriormente refira-se à educação superior, minha opinião pessoal, sem a autorização das autoras, consiste em que a educação básica parece subordinada à mesma racionalidade dual.

No livro de Gêssica P. Ramos “História, Política e Educação: da construção à desconstrução da Escola Primária Paulista” mostra-se que ainda que o acesso tenha se ampliado na sociedade, esse movimento não foi acompanhado pela qualidade da educação, com ênfase na exclusão de extratos sociais da sociedade. De acordo com Ramos, ao longo da história, as escolas públicas tornaram-se um espelho da desigualdade social ao servirem como um mecanismo para a reprodução da marginalização e exclusão, e não como um espaço para a socialização transformadora.

A segunda fase do trabalho aborda as políticas educacionais e a resultante “escola para os pobres”, observando coisas como a falta de infraestrutura ou de recursos insuficientes, e um tom e currículo que muitas vezes não se conectam com a vida dos estudantes. Essa divisão educacional é, ela argumenta, não um acidente do acaso, mas um processo que evoluiu ao longo da história e das estruturas e que, de muitas maneiras, reflete a divisão do fosso socioeconômico nacional.

Ramos argumenta por uma necessidade de reavaliação do propósito das escolas públicas e reivindica por políticas educacionais mais inclusivas e equitativas, que tenham o potencial de interrupção dos ciclos de reprodução da pobreza. Uma contribuição essencial para o debate sobre educação e justiça social, o estudo enfatiza a necessidade de compensar o papel das escolas públicas como agentes para a promoção da igualdade e cidadania no Brasil.

Já Eveline Algebaile, em sua tese “Escola Pública e Pobreza: expansão escolar e formação da escola dos pobres no Brasil” aborda as relações entre a expansão do sistema educacional público brasileiro, com foco nas implicações que isso tem para o funcionamento dos processos de reprodução das desigualdades sociais, que são a ideia norteadora de “Escola Pública e Pobreza: Expansão Escolar e a Formação de Escolas para os Pobres no Brasil”,

sua tese de doutorado, defendida na Universidade Federal Fluminense (2004).

A autora analisa o processo criativo que, ao longo da história brasileira, configurou a escola pública como uma instituição destinada às camadas mais pobres da população, reproduzindo assim uma dualidade educacional entre o ensino das elites e o que é oferecido às classes populares. Algbaille, no entanto, aponta que, embora o acesso à educação tenha se ampliado, a qualidade da educação oferecida às populações pobres estava passando por uma precarização que continuava sustentando estruturas de exclusão e marginalização. Nesse sentido, um segundo aspecto desta tese conecta as políticas educacionais e as consequências da “escola para os pobres”, ou seja, uma escola deficiente, tanto em relação aos recursos materiais, infraestruturas, quanto aos conteúdos mal ajustados às necessidades reais dos alunos. A autora afirma que essa segmentação educacional não é um aspecto recente, mas sim o resultado de um processo histórico que reflete as desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Algbaille alerta que, a menos que haja uma profunda transformação das políticas públicas e da estrutura social, a escola pública continuará a ser um local de reprodução da pobreza, nada mais do que um instrumento ineficaz para a emancipação e redução das desigualdades. Ela traz uma importante contribuição em relação ao debate sobre a educação articulada à justiça social no Brasil, ao apontar a urgência de uma perspectiva de reavaliação da escola pública como um direito dentro do quadro de desigualdades socioeconômicas extremas. Mostra que a ampliação do sistema de ensino nos anos 1990 foi embasada não por uma proposta educacional consistente, mas por haver um entendimento de que a educação é um fator minimizador de riscos e de tensões sociais.

A educação superior no percurso realizado

Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) expandiram vagas nas federais via REUNI e as matrículas de 230 mil para 600 mil (Brasil, 2007), enquanto o PROUNI (2004) bancou bolsas em IES privadas com isenção fiscal, beneficiando mais instituições mercantis que estudantes (Brasil, 2005). A Lei de Cotas (2012) reservou 50% das vagas federais para pobres, negros e deficientes (BRASIL, 2012), mas o FIES, recauchutado, financiou empréstimos que endividaram gerações para sustentar o ensino privado (Brasil, 2010). A criação de 38 Institutos Federais (Brasil, 2008) e a UAB (2006), focada em EAD, mascaram a precarização do ensino público. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (2007) garantiu migalhas para moradia e comida, enquanto o Ciência Sem Fronteiras (2011) exportou cérebros em nome da “excelência” (Brasil, 2011). A Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade de Integração Internacional de Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), supostamente internacionais, além de serem instituições de primeiro emprego para seus docentes, que em seguida buscam a região Sudeste, viraram vitrines de um projeto que aumentou a demanda da CAPES e do CNPq, mas não rompeu com a lógica privatista: 72% das matrículas do ensino superior seguem nas mãos de conglomerados educacionais (Silva Jr, 2017). Em relação à Lei de cotas da qual emergem as políticas compensatórias e as ações afirmativas, numa perspectiva bem próxima, é impossível criticá-las. Contudo, tais políticas são necessárias, imprescindíveis, considerando-se a característica do Estado brasileiro já citado anteriormente, o que será desenvolvido à frente; as políticas compensatórias são importantes, pois mostram que o Estado reconhece a dívida histórica com os excluídos, mas busca

formular políticas sem garantias estruturais. Destaca-se ainda o Plano Nacional de Educação resultado de uma política de Estado. Mas, qual Estado? O Estado não republicanizado dominado pelas famílias oligárquicas desde a origem, que mantém estas suas características até os tempos presentes e que diante de qualquer tentativa de ruptura a caserna intervém. Vejamos. 1. O golpe da maioria em 1840; 2. A Proclamação da República; 3. O golpe de 3 de novembro, quando o Marechal Deodoro da Fonseca fechou o congresso e declarou estado de sítio e renunciou pouco tempo depois, entregando o Estado de bandeja aos oligarcas que se tornam absolutos no Estado brasileiro e continuam até hoje; 4. Em 1891, à revelia da Constituição de 1891, Floriano Peixoto foi mantido na presidência; 5. O golpe de 1930 que impediu a posse de Júlio Prestes e levou Getúlio Vargas ao poder, marcando o fim da primeira República; 6. Em 1937, Getúlio Vargas, alegando uma suposta intentona comunista, lidera um autogolpe e impõe um regime autoritário, O Estado Novo, em 1937; 7. O impeachment de Carlos Luz e Café Filho, na verdade um Golpe para garantir a posse de Juscelino Kubitschek, em 11 de novembro de 1955; 8. A imposição do parlamentarismo como condição para posse de João Goulart, quando da renúncia de Jânio Quadros; 9. O golpe de 1964 que resultou na ditadura militar de 1964 e durou até 1985; 10. Em 31 de agosto de 2016 o Senado cassou a presidente Dilma Rousseff; 11. Finalmente em 8 de janeiro, o golpe fracassado, contudo ainda em sursis, buscando impedir a continuidade do terceiro mandato de Lula, um regime populista.

O lulismo foi um movimento que marcou um período histórico do Brasil. No governo atual o presidente Lula enfrenta muitas dificuldades com sua própria base e dentro do próprio Partido dos Trabalhadores. “Lula e o Partido dos Trabalhadores não podem ser julgados no âmbito moral, somente pela história.

Que ela lhe seja benigna.”, parafraseando o crítico literário e sociólogo Antonio Cândido.

Embora ainda estratégico para a produção científica e resistência intelectual, a universidade pública é marcada por profundas contradições: reproduzindo desigualdades sociais enquanto é implantada por políticas de austeridade e diretrizes de produtividade. Assim como a precarização do ensino e do trabalho estudantil e as disparidades regionais na distribuição de recursos são sintomáticas da fragilidade de um sistema que oscila entre a excelência acadêmica e a imitação dos interesses corporativos.

Neste sentido, a reflexão crítica sobre os processos de graduação não apenas destaca o sofrimento dos indivíduos afetados por esta mercantilização dos esforços cognitivos, mas também reitera a necessidade de políticas públicas que recuperem a missão social da formação universitária como um instrumento de emancipação coletiva que possibilite a conexão da pluralidade epistemológica, justiça social e soberania científica nas crises cíclicas do capitalismo contemporâneo.

A trajetória de formulação teórica que apresentamos aqui mostra a complexidade e as contradições inerentes ao ensino superior brasileiro, especialmente à luz das transformações globais e das pressões neoliberais atualmente em jogo. Isso não significa que a universidade pública não tenha futuro como baluarte da produção científica e da resistência intelectual; contudo, a análise das reformas educacionais, da financeirização da pesquisa e da precarização do trabalho acadêmico mostra que o sistema ao qual está vinculado favorece a mercantilização do conhecimento e exacerba as desigualdades. A excelência acadêmica e a realidade material de professores e estudantes precários são as dualidades que nos impulsionam a reimaginar as instituições de ensino superior: não apenas como espaços de formação técnica, mas como agentes de

transformação social. De fato, a reflexão crítica sobre essas questões é vital para criar um futuro em que a educação superior possa se encaixar em um novo papel mais equitativo e inclusivo, capaz de navegar em torno dos vencedores e perdedores históricos criados por um modelo de desenvolvimento que continua a gerar exclusões e injustiças.

Referências

ALGBAILE, Eveline Bertino. *Escola Pública e Pobreza: expansão escolar e formação da escola dos pobres no Brasil* (Tese de Doutorado), Niterói. Universidade Federal Fluminense, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BEVILACQUA, Luiz. Sobre a universidade no Brasil na era do choque cultural: a formação para tecnologia. *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2014.

BRAGA, R. *A angústia do precariado: trabalho e solidariedade no capitalismo racial*. São Paulo: Boitempo, 2023.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos (ProUni). Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. *Dispõe sobre a Política Nacional de Juventude*. Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. *Dispõe sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)*. Diário Oficial da União, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010. *Dispõe sobre a concessão de bolsas de es-*

tudo para educação básica e superior. Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. *Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)*. Diário Oficial da União, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. *Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio*. Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resumo técnico do censo da educação superior 2023*. Brasília: INEP, 2023.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa. *A Questão da Desigualdade no Brasil: Como Estamos, Como a População Pensa e o Que Precisamos Fazer*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. *Investimentos em ciência, tecnologia e inovação no Brasil: panorama 2022*. Brasília: CGEE, 2022.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. *Relatório de produção científica brasileira 2023*. Brasília: CAPES, 2023.

FARGONI, Everton Henrique Eleutério.; SILVA Jr, João dos Reis.; CATANI, Afrânio Mendes. Capitalismo acadêmico e a competição alienante entre professores-pesquisadores nos rankings de Educação Superior. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 49, n. 2, p. 1113–1131, 2024.

FEARNSIDE, Phillip. M. *Uso da Terra na Amazônia e as Mudanças Climáticas Globais*. Coordenação de Pesquisas em Ecologia - CPEC, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, 2007.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia do Direito*. Tradução de Paulo Meneses. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. Tradução de Mario Duayer, Nélio Schneider e Lya Luiza Fühling. São Paulo: Boitempo, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

POCHMANN, M. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

POCHMANN, M.; SILVA, L. *O Brasil no capitalismo do século XXI*. 1. ed. Campinas: Unicamp, 2024.

RAMOS, Géssica Priscila. *História, Política e Educação: da construção à desconstrução da Escola Primária Paulista*. Campinas, Editora Alínea, 2024.

SCHRECKER, Ellen. *No Ivory Tower: McCarthyism and the Universities*. Nova York: Oxford University Press, 1986.

SERFATI, Claude. *A Finança Mundializada: Raízes Sociais e Políticas, Configuração, Consequências*. Org.: François Chesnais. São Paulo: Boitempo, 2005.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA Jr, João dos Reis. *Novas faces da educação superior no Brasil*. Bragança Paulista: Edusf, 1999.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA Jr, João dos Reis. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? *Educação & Sociedade*, v. 36, n. 133, p. 867–889, out. 2015.

SLAUGHTER, Sheila; RHOADES, Gary. Academic Capitalism and the New Economy: Markets, State and Higher Education. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2004.

SILVA Jr, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001a.

SILVA Jr, João dos Reis; GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano. *Formação e trabalho: uma abordagem ontológica da sociabilidade*. São Paulo: Xamã, 2001b.

SILVA Jr, João dos Reis; FERRETTI, Celso João. *O institucional, a organização e a cultura da escola*. São Paulo: Xamã, 2004.

SILVA Jr, João dos Reis. *Rankings, trabalho do pesquisador e capital financeiro*. *Educação & Sociedade*, v. 44, 2023.

São Carlos, 18 de março de 2025